

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE _____

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ**, por seu representante legal, com fulcro e legitimado nos arts. 37, caput, 129, II e III, da Constituição da República, art. 1º e 25, inciso IV, alínea 'a', bem como nos arts. 27, I c/c 80 da Lei n. 8.625/93 e art. 117, I, da Lei Complementar nº. 72, de 12 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO que, a teor do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal 8.625/93 (LONMP), cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes estaduais ou municipais e, no exercício dessas atribuições, promover Ações Cíveis Públicas, Inquéritos Cíveis, Procedimentos Administrativos, Recomendações dirigidas a órgãos e entidades, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito;

CONSIDERANDO que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, tais como disposto pelo artigo 227, CF/88 e pelo 4º, da Lei nº 8.069/90, aí incluído o direito à educação;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 205 c/c 208, inciso VII, da Constituição Federal, é dever do Estado a garantia do direito à educação, com atenção para o atendimento a padrão de qualidade na oferta;

CONSIDERANDO que é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a **efetivação do direito à educação**, nos termos do art.8º, da Lei nº 13.146/2015, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE _____

normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico;

CONSIDERANDO que a garantia deste direito fundamental não ocorre apenas com o acesso dos cidadãos ao espaço físico das instituições de ensino, sendo necessário atentar-se às condições singulares de aprendizado de cada indivíduo que se engaja nesse processo para garantir os instrumentos materiais e simbólicos necessários à aprendizagem;

CONSIDERANDO que no caso das pessoas com deficiência ou com problemas de visão e/ou audição, tal cuidado é fundamental para promover a inclusão necessária no âmbito da educação;

CONSIDERANDO que foi sancionada no Estado do Ceará a Lei Estadual nº 12.073/1993 há mais de 20 anos, que tornou obrigatório a realização de Teste de Acuidade Visual nas escolas Pré-escolar e de 1º grau, abrangendo escolas públicas, conveniadas e particulares;

CONSIDERANDO que no âmbito do Município de Fortaleza o Poder Público consolidou a Lei nº 10.668/2018, a qual determinou a obrigatoriedade de realização de exames médicos de acuidade visual e auditiva nos alunos matriculados na rede municipal de ensino, implementada pela municipalidade de forma a garantir o efetivo acesso de todos ao direito à educação;

RESOLVE, por tais razões, instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, com o objetivo de fiscalizar a implementação pelo Município de _____ do fluxo de detecção da necessidade, do atendimento médico dos alunos da rede municipal de ensino com indicação do uso de órtese (óculos e aparelhos auditivos), de dispensação de órteses e de agendamento de cirurgia, se fosse o caso, o que viabilizará o efetivo acesso de todos ao direito à educação, promovendo as diligências necessárias e determinando, de logo, o que segue:

a) autuação e o registro do procedimento nos livros/pastas competentes;

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE _____

b) comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Ceará (CSMP/CE), à Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Ceará (CGMP/CE) e ao Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania – CAOCIDADANIA; para o conhecimento imediato;

Estabelece a sede da Promotoria de Justiça da comarca de <XXXXXXXXXX> como o local onde serão realizados os trabalhos administrativos pertinentes, sendo secretariado pelo agente público lotado na unidade.

Publique-se.

Posicionar a Portaria no início dos autos.

XXXX, XX de XXXXX de 2024

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX